

tentam dizer que resolveram por nós.

É então a paixão pelo debate intelectual de ideias e doutrinas políticas, que tem conhecido um notável esmorecimento desde os frenéticos anos 60, durante os quais os grandes problemas metodológicos dos estudos políticos (ou ciência política? — até este) conheceram um nível sadio de discussão, é esta talvez já perdida paixão que Crick vem tentar, com êxito para quem for capaz de o ler crítica e cepticamente, reacender e estimular. Sobretudo a tendência recente para despolitizar certos processos e estruturas, sob o nome do progresso tecnológico e científico, como se a decisão acerca da distribuição dos recursos sociais estivesse lentamente a ser cedida pelo homem à ciência, como sonhavam Saint-Simon e Proudhon; sobretudo, esta tendência encontra nos argumentos ferozmente políticos de Crick um dique suficientemente robusto para o deter.

A ênfase que Crick dá aos valores, aos *fins* e às *doutrinas*, em detrimento dos factos, dos meios e das técnicas, num contexto actual que ainda não soube, no domínio da sociologia política, ultrapassar as conjecturas só aparentemente

despolitizadas das teorias «fim da ideologia» de Daniel Bell, constitui, afinal, uma revitalização da filosofia política (o que deveria ser) que recorda oportunamente à sociologia política (o que deverá ser) a importância central que têm os componentes ideais da actividade política. Ajudando a repor um trabalho intelectual desacreditado pela emergência sensacional dos jovens empiristas americanos da ciência política (auxiliado, dez anos depois, por *A Theory of Justice*, de John Rawls, e pelo seu adversário *Anarchy, the State and Utopia*, de Robert Nozick), Bernard Crick devolve o *porquê* e o *para quê* ao *como* e ao *com quê* dos estudos políticos.

É evidente que todos estes propósitos não se encontram explicitamente referidos em *In Defense of Politics*, mas não é dever de um discurso político assumir a responsabilidade de se relativizar, pelo que Crick expõe os argumentos dele com toda a veemência realista que caracteriza os verdadeiros românticos.

Como se poderia, aliás, defender ardentemente a política sem se ser ardentemente político?

Miguel Esteves Cardoso

A CONSCIÊNCIA DO INTÉRPRETE

**Peter L. Berger
& Hansfried Kerner,
Sociology Reinterpreted
(An Essay on Method and
Vocation),
Pelican Books, 1982**

Por «método», advertem os autores no prefácio, não se estão a referir às técnicas de investigação utilizadas pelos sociólogos, mas «a

lógica das suas investigações científicas».

Com dificuldade se procura o esclarecimento desta distinção, ou uma definição do que constitui essa lógica. No entanto, compreende-se que os autores pretendem propor aquilo a que chamam a compreensão de um trabalho sociológico no «espírito weberiano» (p. 19), que evitaria tanto a versão «positivista»

(Durkheim) como a versão «utopista» (Marx) do trabalho sociológico (id.).

No fundo, o livro constitui uma tentativa de modernizar o famoso método interpretativo de Weber (*Verstehen*), não só através de um aproveitamento da literatura fenomenológica (Schultz), relativista (Mannheim) e da chamada tradição americana neo-weberiana (George Herbert Mead), mas também com o auxílio de atrevidas e, muitas vezes, inspiradas analogias, «construídas» à maneira fenomenológica.

Como tal, este ensaio, embora por vezes excessivamente didáctico, é de leitura agradável, sendo ben-vindo o cuidado posto na sua redacção, e, à parte uma ou outra referência desastrosamente *à la mode*, a tentativa de ilustrar os argumentos com exemplos de actualidade — orgias, lesbianismo, crimes passionais praticados por castelhanos machistas (*Don Jaime*) ou californianos de Marin County (*Jack*) e toda a ordem de situações e personagens picarescas — é por vezes conseguida. Neste sentido, é um trabalho cujos antecedentes estilísticos (Erving Goffman e Harold Garfinkel) são claramente Berkeley nos finais dos anos 60.

Se é certo que esta forma de apresentação, coloquial e juvenil, constituirá um factor de irritação nos leitores de maior sobriedade, formados noutra tradição, a verdade é que estes meios não permitem que se desconsiderem os fins, quase sempre lúcidos, tanto mais que os servem, o mais das vezes, com utilidade.

O argumento principal do livro não será surpresa; é que é possível ser-se relativista como sociólogo, sem por isso se ter de sofrer, como homem e actor social, as consequências morais, necessariamente nihilistas, do relativismo, tido como concepção filosófica do mundo.

Assim, afirma-se: «Não posso interpretar o sentido [ou significado] de outrem sem mudar, mesmo que minimamente, o seu próprio sistema de sentidos [ou significados]» (p. 31). A objectividade científica será então «uma estrutura específica de relevâncias, na qual um indivíduo pode introduzir a sua consciência com o fim de alterá-la temporariamente» (p. 54).

É no terceiro capítulo, intitulado apropriadamente «A interpretação sociológica e o problema da relatividade», que Berger e Kellner enfrentam os seus (anónimos) críticos «positivistas» e «utopistas». Recapitulando algumas das teses do justamente considerado *The Social Construction of Reality* (que Berger escreveu com Thomas Luckmann), segundo as quais a própria ciência seria uma construção social, os autores avançam pelos argumentos familiares de Mannheim para concluir que o trabalho, declaradamente modesto e sóbrio, do sociólogo deveria consistir em ser (todo o livro tem esta pretensão moral, sem a esconder e por vezes sem a justificar) «o ouvinte das muitas histórias dos sentidos [ou significados] humanos — para depois poder contá-las com a máxima fidelidade» (p. 77).

O problema que surge desta proposta não é novo. Trata-se de tentar conciliar a distanciação (*detachment*) do sociólogo com a sua imersão numa estrutura de sentidos que lhe é estranha. Berger e Kellner sugerem que é possível fazê-lo só enquanto o próprio acto sociológico for, também ele, considerado como pertencendo a uma estrutura de sentidos particular. Porém, esta sugestão roga que se lhe pergunte se esta «solução» se aplica unicamente à atitude relativista, ou se também à «positivista» e à «utopista». Teria-

mos, assim, presumivelmente, uma história de significados contada por um durkheimiano, diferente da história de um marxista e ainda distinta da versão que apresentaria um weberiano.

De início poderia parecer satisfatório este compromisso, se não implicasse que o resultado útil da investigação sociológica fosse um somatório organizado e identificado de leituras feitas de pontos de vista diferentes. Parece-me que isto é uma maneira de evitar as grandes questões metodológicas e de sancionar, embora indirectamente, uma espécie de paridade intelectual e científica entre todas as abordagens, consigo mesmas coerentes, que pudessem aparecer.

De facto, o argumento principal de *Sociology Reinterpreted* não é mais que uma aceitação do estado actual e ainda adolescente da sociologia, reforçada por uma atitude quase situacionista que levaria a considerar essa fase exploratória como se fora já o atingir de uma maturidade metodológica por assim dizer «acabada».

O propósito de «clarificar uma fundação comum sobre a qual pudessem concordar escolas existentes» (p. 164) não é, por isso, inteiramente conseguido, porque a abordagem relativista, mesmo quando é reinterpretada no intuito de poder, mediante a consciência dos meios e fins da interpretação dos significados sociais, aproveitar concepções sociológicas mais tradicionais (a objectividade e o *value-freeness*), não tem maneira de impedir a exclusão de outras abordagens. Um sociólogo cuja metodologia seja marxista ou durkheimiana não pode transgredir as regras do seu próprio aparelho interpretativo (construído, é claro, sobre uma «estrutura de significados e relevâncias» particular) sem pô-lo, sem

remédio, em causa. Isto porque a sociologia marxista, ou as outras, não é apenas uma metodologia aplicada a uma vocação, mas também uma maneira de ver o mundo; ou seja: uma estrutura de valores.

Se a ambição central do ensaio não é realizada, até porque dificulta o seu argumento através de um conjunto de referências basilares (algum Weber, algum Schutz) que poderiam ter sido sofisticadamente reforçadas com uma consideração de outras abordagens limítrofes (Wittgenstein, Winch, ou até Kuhn), o mesmo não se pode dizer das suas ambições marginais.

Todo o capítulo intitulado «The Act of Interpretation», em que são contestadas as acusações de «puro subjectivismo» frequentemente dirigidas à escola interpretativa, constitui uma admirável defesa do método *Verstehen*, sugerindo que se entenda a sociologia como um tipo de conhecimento «diferente», em que a compreensão e a acção (aquilo que se descobre e aquilo que se pudesse recomendar com base nisso) têm de estar sempre separadas.

Também o capítulo que analisa a relação entre a sociologia e a liberdade, no qual se implora que se veja a sociologia como uma prática científica que «fura as ideias distorcidas (ou 'falsa consciência', se quiserem) que anteriormente legitimavam as repressões exercidas sobre o indivíduo» (p. 107), está vigorosamente discutido, provocando com facilidade o debate entre as concepções individualista e marxista da sociologia.

No fundo, talvez a melhor maneira de aproveitar estes ensaios seja através do «método» que os próprios autores avançam para a compreensão do sentido das acções sociais: interpretando-o, como uma acção realizada dentro de, e sobre,

o particular conjunto de aglomerados de «métodos» e «vocações» que constitui hoje a sociologia.

É por isso que a intenção dos autores, de dirigir o livro a recém-licenciados e outros jovens sociólogos, não deve ser desrespeitada

ao ponto de *Sociology Reinterpreted* ser utilizado como texto de introdução à sociologia. Sem outras sociologias à mão, não é aconselhável que se deite mão a esta.

Miguel Esteves Cardoso

UMA CONQUISTA PACÍFICA

**Sidney Pollard,
Peaceful Conquest,
The Industrialisation of
Europe, 1760-1970,
Oxford,
Oxford University Press, 1981**

A *Peaceful Conquest*, de Sidney Pollard, insere-se numa linha de esforços para englobar num esquema analítico único a experiência vasta e multiforme havida por toda a Europa, entre os fins de Setecentos e a primeira metade de Novecentos, com o processo de industrialização. Sendo já numerosos os trabalhos neste género e relativamente longa esta corrente — basta lembrar que o *Etapas do Crescimento Económico*, de Rostow, data de 1960 —, resulta para este mais recente de todos estes estudos uma responsabilidade evidente de abrir novos caminhos, de enriquecer a visão corrente do problema e, ao mesmo tempo, de incluir na sua base de dados tudo o que tenha sido feito neste domínio até à data.

Quanto à descendência intelectual, a obra em apreço recolheu dos seus antepassados uma herança rica. De Rostow herdou o conceito de *arranque* no crescimento e na transformação estrutural, de Gerschenkron herdou a ideia de que «o processo de mudança nunca se repete identicamente» (p. 333). De Landes veio-lhe a importância central a atribuir tanto à transmissão de nova tecnologia, das economias

mais avançadas para as que começaram a transformar-se, como ao papel fundamental nisto da Inglaterra, até ao último quartel do século XIX. De Milward e Saul e de Cipolla adquiriu a noção de que a industrialização ocorreu não apenas nas economias «clássicas» da Grã-Bretanha, França e Alemanha, mas também, com grande sucesso, em pequenos países como a Bélgica e a Suíça, assim como, com atraso e dificuldade, em países nem sempre pequenos, mas sempre periféricos pela geografia e pela capacidade económica. De Mendels e Kriedte veio-lhe o relevo a dar aos antecedentes proto-industriais de qualquer região na determinação das suas possibilidades para a industrialização.

Com base em semelhante capital de conhecimentos e de ideias, são duas as direcções em que Pollard desbrava novo terreno com este livro. Uma delas é a utilização da *região* como unidade espacial de análise em lugar do *país*, que ele vê como assumindo relevância para a história económica europeia apenas em fins do século XIX, na era do neomercantilismo, como lhe chama. A outra é a indagação aprofundada acerca do mecanismo de transmissão da industrialização, de região para região, e que, visto como um processo imitativo, irá, a partir da Inglaterra, atravessar, ao longo do tempo, por estágios su-